

3 — Experiência profissional:

Membro do Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP); secretário executivo do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), desde 2011; presidente da direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada (CASES), desde 2010; presidente do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, I. P. (INSCOOP, I. P.), entre 2009 e 2010; diretor do Departamento Financeiro e de Organização na Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, I. P.) entre outubro e dezembro de 2008; exerceu funções técnicas e de coordenador do «Espaço Noesis», na Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC) do Ministério da Educação, entre 2003 e setembro de 2008; presidente da direção do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores — (INATEL — I. P.), entre 1996 e 2003; coordenador da «Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense» e presidente da «Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense», entre 1996 e 2003, a título gracioso, em cujas atribuições assumiu particular destaque o programa para a inserção no sistema escolar português dos jovens timorenses acolhidos em Portugal; adjunto do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, entre novembro de 1995 e fevereiro de 1996; membro do gabinete de apoio pessoal do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, desde 1992, e adjunto daquele gabinete desde fevereiro de 1994 até novembro de 1995; coordenador da equipa de projeto das escolas profissionais, no âmbito do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, do Ministério da Educação (GETAP), entre 1989 e 1992.

4 — Carreira na Administração Pública:

Assessor principal do Ministério da Educação.

312065447

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Despacho n.º 2110/2019

Considerando que o cargo de Chefe de Divisão de Apoio Jurídico e Avaliação Normativa se encontra vago e que se torna necessário proceder à designação de um Chefe de Divisão em regime de substituição no referido cargo, de forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, a Mestre Marta Susana Cancela Carvalho, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, como Chefe de Divisão de Apoio Jurídico e Avaliação Normativa, com efeitos a 1 de março de 2019.

20 de fevereiro de 2019. — A Diretora-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, *Sandra Isabel Faria Ribeiro*.

Nota curricular

Nome: Marta Susana Cancela Carvalho

Data de nascimento/naturalidade: 3 de dezembro de 1982 — Coimbra
Habilitações académicas:

Mestre em Administração Pública, ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (2018)

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), Instituto Nacional de Administração (2012)

Pós-Graduação em Justiça Administrativa e Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2007)

Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2005)

Atividade profissional:

Desde junho/2014 — Técnica Superior do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça (Ministério da Justiça). Principais responsabilidades: elaboração de pareceres e informações para preparação da intervenção do Ministério da Justiça em todos os instrumentos internacionais, bilaterais ou multilaterais, no domínio da justiça civil, dos direitos fundamentais, da regulação económica, da

regulação de carácter administrativo e do direito internacional em geral; negociação e análise de propostas legislativas da União Europeia no domínio da justiça civil e comercial, junto do Grupo de Trabalho de Direito Civil do Conselho da União Europeia e acompanhamento da respetiva implementação no direito interno; representação do Ministério da Justiça em reuniões do Grupo de Trabalho de Justiça em Linha (e-Justice) e do Grupo dos Direitos Fundamentais (FREMP) do Conselho da União Europeia, bem como em grupos de peritos da Comissão Europeia e em comités, projetos e reuniões de outras organizações internacionais como a Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça — CEPEJ, do Conselho da Europa; agente do Estado Português junto do Tribunal de Justiça da União Europeia; participação na Sétima Comissão Especial sobre o Funcionamento Prático da Convenção de 1980 sobre o Rapto Internacional de Crianças e a Convenção relativa à Proteção de Crianças de 1996 da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (outubro 2017); representação da DGPI (membro nacional) em reuniões de membros nacionais e reuniões externas da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial; membro da delegação Portuguesa, em representação do Ministério da Justiça, na defesa do 8.º e 9.º Relatório de aplicação da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres (CEDAW) (Genebra, outubro 2015), do 15.º a 17.º Relatório sobre a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (CERD) (Genebra, novembro 2016) e na defesa do Relatório de Aplicação da Convenção do Conselho da Europa para Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica (Convenção de Istambul) (Estrasburgo, fevereiro 2018);

Junho/2012 a maio/2014 — Técnica Superior da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social). Principais responsabilidades: análise e elaboração de informações, pareceres e respostas a consultas no âmbito dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e das organizações representativas de trabalhadores e de empregadores; elaboração de estudos sobre o conteúdo da regulamentação coletiva de trabalho negocial; análise e elaboração de informações e pronúncias para instrução de recursos administrativos, ações administrativas especiais ou procedimentos cautelares no âmbito daquelas matérias; elaboração de estudos e pareceres para preparação de regulamentação na área da regulamentação coletiva, organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores e das condições de trabalho; acompanhamento de propostas legislativas da União Europeia e de questões prejudiciais do Tribunal de Justiça da União Europeia nas mesmas matérias; preparação de respostas a questionários sobre a Carta Social Europeia, questionários da OIT e de outros organismos internacionais.

Janeiro/2010 a dezembro/2010 — Colaboradora do OPJ — Observatório

Permanente da Justiça Portuguesa (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra). Principais Responsabilidades: colaboração na realização de projetos e estudos comparados do Observatório, nomeadamente: “Entre a lei e a prática. Subsídios para uma reforma da lei tutelar educativa” e “A gestão nos tribunais. Um olhar sobre a experiência das comarcas piloto”.

Julho/2008 a setembro/2011 — Exercício da advocacia: Gestão e acompanhamento de processos judiciais e extrajudiciais nos vários ramos de Direito, com especial incidência no Direito do Trabalho e no Direito da Família e Menores. Consulta Jurídica.

Outubro/2005 a outubro/2007 — Estágio de Advocacia promovido pelo Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados.

Outras intervenções: Oradora nos Encontros de Direito Internacional 2017 — “Cooperação Judiciária Transfronteiriça — Responsabilidades parentais e medidas de proteção” com o tema “Uma abordagem às regras de cooperação constantes da proposta de revisão do Regulamento Bruxelas II bis” (11 de dezembro 2017, Campus da Justiça)

312089675

Despacho n.º 2111/2019

Tendo em consideração a Portaria n.º 656/2007, de 30 de maio, que concretizou em oito o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho;

Que através do Despacho n.º 24 635/2007, de 31 de agosto foi criada a Divisão de Condições Gerais de Trabalho, correspondendo a cargo de direção intermédia de 2.º grau;

Nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, determino:

1.º A alteração da designação da Divisão de Condições Gerais de Trabalho, passando a ser designada de Divisão de Apoio Jurídico e Avaliação Normativa, com as seguintes atribuições:

a) Elaborar projetos e propostas de legislação e regulamentação, incluindo promover o processo de transposição de diretivas e de aplicação

de outros atos legislativos da União Europeia e a adequação do direito nacional a obrigações decorrentes de instrumentos jurídicos internacionais, no domínio das relações laborais e condições de trabalho, incluindo a segurança e saúde no trabalho;

b) Apoiar a intervenção técnica nacional na negociação e adoção de propostas de legislação da União Europeia e outros instrumentos jurídicos internacionais, bem como em processos do Tribunal de Justiça da União Europeia nos domínios previstos na alínea anterior;

c) Elaborar estudos, relatórios e respostas a questionários respeitantes à preparação ou aplicação de legislação da União Europeia e de outros instrumentos jurídicos internacionais nos domínios previstos na alínea a);

d) Recolher, estudar e acompanhar a evolução do direito comparado, bem como da legislação da União Europeia e dos instrumentos jurídicos internacionais do trabalho aplicáveis ou em relação aos quais o Estado Português se pretenda vincular;

e) Elaborar pareceres não vinculativos e prestar apoio técnico a outras unidades orgânicas da Direção Geral nos domínios referidos nas alíneas anteriores.

2.º O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de março de 2019.

20 de fevereiro de 2019. — A Diretora-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, *Sandra Isabel Faria Ribeiro*.

312089878

Instituto da Segurança Social, I. P.

Aviso (extrato) n.º 3329/2019

Por meu despacho de 22 de janeiro, e nos termos do no artigo 99.º, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria e posição remuneratória, ao assistente operacional — Sérgio Agostinho Ferreira Vilas Boas, no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

28-01-2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312043139

Aviso (extrato) n.º 3330/2019

No cumprimento do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora abaixo identificada concluiu, com sucesso, o período experimental na categoria de técnico superior da carreira de técnico superior, após procedimento concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento, aberto pelo Aviso n.º 1953/2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 37, de 21 de fevereiro de 2017:

Maria Irene Carvalho Dias

4 de fevereiro de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312043982

Aviso n.º 3331/2019

Nos termos do disposto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho e artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), e após concurso interno de ingresso para o preenchimento de cinco postos de trabalho na categoria de inspetor, da carreira de inspetor superior do mapa de pessoal do ISS, IP./Serviços Centrais, aberto pelo aviso n.º 2832/2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 55, de 17 de março, torna-se público que, por meu despacho de 11 de dezembro de 2018, foram nomeados na categoria de inspetor estagiário da carreira de inspetor superior, os trabalhadores abaixo identificados, ficando sujeitos ao período experimental de função, com a duração de um ano, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º da LTFP:

Efeitos a 01 de janeiro:

Joana Nogueira Gomes Carvalho Campos
Paula Isabel Soares Jorge Oliveira
Vera Lucia Carvalhosa Cunha
Silvia Marta Cunha Ferreira Sousa Dias
Luci Guiomar Carvalho Malta
Paula Cristina Antunes
Antonio José Vargas Gatinho
Andreia Cristina Marques Morais
Luis Antonio Seco Vizeu
Joana Raquel Santinho Afonso
Ana Cristina Barbosa Sousa

Ana Cristina Oliveira Costa
José António Campos Lopes
Helena Maria Barbosa Martins
Marcela Teresa Silva Santos
Vitor Manuel Ferreira Barbosa
João Abel Pinheiro Mota
Neusa Maria Mendes Santos Marques Alves Salgueiro
Laura Alexandra Afonso Paleta Dias Alexandre
Marco Alexandre Irela Parrulas
Sandra Maria Brás Franco
Ana Rute Silva Santos Sampaio Andrade

Efeitos a 14 de janeiro:

Luciana Pires Ferreira

Terminado o período experimental de função, com sucesso, será acionado o artigo 78.º também da LTFP.

04-02-2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312043422

Declaração de Retificação n.º 189/2019

Por ter saído com inexatidão o Aviso n.º 17817/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 3 de dezembro de 2018, retifica-se o seguinte:

Onde se lê:

«Susana Paula Pimenta Margarido 1.ª
Ana Sónia Correia Inácio Gomes 1.ª
Orlando Miguel Martins Viegas 1.ª
Maria João Almeida Santos 1.ª
Elisabete Reis Fernandes 1.ª»

deve ler-se:

«Susana Paula Pimenta Margarido 2.ª
Ana Sónia Correia Inácio Gomes 2.ª
Orlando Miguel Martins Viegas 2.ª
Maria João Almeida Santos 2.ª
Elisabete Reis Fernandes 2.ª»

21 de janeiro de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312033143

Declaração de Retificação n.º 190/2019

Por ter saído com inexatidão o Aviso n.º 1240/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2019, retifica-se o seguinte:

Onde se lê:

«Simão Pedro Gaspar Pires 1.ª»

deve ler-se:

«Simão Pedro Gaspar Pires 2.ª»

21 de janeiro de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312033119

SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 3332/2019

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, reunidas as condições previstas no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, foi autorizada, por deliberação do Conselho Diretivo desta Administração Regional de Saúde datada de 8 de novembro de 2018, a consolidação da mobilidade na categoria da Assistente Operacional Rosa Maria Machado Pereira, no mapa de pessoal dos Serviços Centrais desta Administração Regional de Saúde, com efeitos à data da deliberação, ficando posicionado no nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única.

31 de janeiro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira*.
312044321

Aviso n.º 3333/2019

Por deliberação do Conselho Diretivo de 31 de janeiro de 2019 e nos termos dos artigos 48.º, 49.º e 50.º da LTFP, aprovada em anexo